

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS

*Taiane Barbosa Ferreira<sup>1</sup>, Nadja Maria Lima Maciel<sup>2</sup>*

1- Departamento de Educação-Universidade Estadual de Feira de Santana. Km 03/BR116.Novo Horizonte-44031-460- Feira de Santana/ BA  
Residência Universitária, Campus UEFS. Km 03/Br116.Novo Horizonte,Feira de Santana-44031-460  
e-mail : [taianismo@bol.com.br](mailto:taianismo@bol.com.br)

2- Departamento de Educação- Universidade Estadual de Feira de Santana. Km 03/ BR 116 .Novo Horizonte.44031-460- Feira de Santana/ Ba.  
e- mail : [nadjamaciel@yahoo.com.br](mailto:nadjamaciel@yahoo.com.br).

Resumo: A existência no Brasil de cerca de 14,6 milhões de cidadãos que não sabem ler e escrever está intrinsecamente ligado à exclusão social. Acreditamos que concorreram para o alcance desse vergonhoso número a falta de efetivas políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos. Essa modalidade de ensino nunca, dentre as políticas públicas, obteve lugar de destaque. Poucos foram os esforços, entre os diferentes poderes governamentais, no intuito de superar o analfabetismo. Essa postura é endossada, na década de 90 com a idéia de estado mínimo e a priorização do ensino fundamental em detrimento dos demais níveis de ensino. Nessa direção, esse artigo visa investigar, em que medida, a atuação dos poderes públicos tem contribuído para um movimento de democratização de oportunidades educacionais e a viabilização de uma educação de qualidade para esta clientela. Na consolidação deste artigo juntamente com a pesquisa bibliográfica levamos em consideração as experiências desenvolvidas na atuação como Coordenadoras Setoriais do Programa Alfamol. Por fim, dentro de um contexto social em que ler e escrever é só o início, entendemos a vontade política como indispensável para formação de um país mais justo.

**Palavras-chave:** Políticas públicas; Educação de Jovens e Adultos: Poderes governamentais

**Área do Conhecimento:** VII Ciências Humanas

## Introdução

A Educação de Jovens e Adultos, ao longo da história do nosso país, nunca foi legitimada como um direito de fato. Esta sempre trilhou caminhos tortuosos. As Políticas Públicas, em sua maioria, foram emergenciais e assistencialistas. As poucas que lograram mais tempo tinham mais o caráter de formar eleitores e, mais tarde, mão de obra barata para o mercado emergente, do que possibilitar a estes cidadãos um ensino que permitissem o pleno domínio da leitura e escrita e sua inserção no ensino regular.

Desse modo, chegamos em pleno século XXI com um considerável número de analfabeto. No Brasil, há cerca de 14,6 milhões de cidadãos que não sabem ler e escrever, algo inadmissível, diante de um contexto social em que novas competências são determinantes num mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Partindo desse pano de fundo e acreditando que contribuíram, significativamente, para o alcance de tais proporções, a falta de políticas efetivas e sistemáticas entre os diferentes

entes Federados, faremos uma investigação o mais significativa possível, no intuito de apontar as fragilidades, ao mesmo tempo desvelar para sociedade a falta de tais políticas como um dos indicadores do fracasso escolar nesta modalidade de ensino.

## Materiais e Métodos

Sendo o fenômeno educativo quem determina o procedimento metodológico, a pesquisa mais indicada foi a bibliográfica. Nesta tivemos o cuidado de visualizar as diferentes contribuições de teóricos e suas interseções nesta modalidade de ensino. Por isso, em lugar de acreditar na validade das conclusões pela quantidade dos dados, optamos em analisar os referenciais teóricos, transpondo sempre que preciso para experiências desenvolvidas em Programas como Alfabetização Solidária.

## Trajetória do EJA: desafios e perspectivas

A Educação de Jovens e Adultos, ao longo da história da educação no país, nunca foi reconhecida como um direito. Esta percorreu, ao longo da história educacional, caminhos tortuosos. De modo geral, tivemos campanhas emergenciais e assistencialistas organizadas em parceria com os estados, municípios e entidades privadas, utilização de organizações comunitárias, recursos insuficientes e salas formadas pelos famosos “professores voluntários”. Para Haddad(1994) o EJA no caso brasileiro é mais uma educação para os pobres, para os jovens e adultos das camadas populares, para aqueles que são maioria nas sociedades de Terceiro Mundo.

No período colonial, as atividades econômicas não exigiam o estabelecimento de escolas para população adulta. É apontado dos anos 30 as primeiras iniciativas sistemáticas com relação à educação básica de jovens e adultos, quando a oferta de um ensino público, gratuito e obrigatório, se torna direito de todos.

Conforme as literaturas, é após a segunda guerra mundial, com particular incentivo da UNESCO, que uma série de iniciativas de grande alcance toma conta do cenário educacional, nos apontando recomendações de política e gestão do EJA. A partir desse período, a do Estado um crescente movimento de reconhecimento desta educação, reconhecimento este que será contemplado como direito do jovem e adulto. Data de 1947 a primeira Campanha de Educação de Adolescente e Adultos(CEAA), criada especialmente para o campo.

Na década de 50, a sociedade brasileira exigia mão de obra para os recém formados postos de trabalhos, o país passava por um acentuado crescimento econômico, possibilitando uma maior mobilidade social. Este fato contribuiu, significativamente, para a proliferação de iniciativas no âmbito desta modalidade de ensino.

Segundo Haddad(1994), há intrínseca união entre educação de adultos e desenvolvimento social. Para ele o desenvolvimento econômico atrelado a mobilidade social é fator condicionante ao bom desempenho de programas de EJA, diferentemente do que normalmente se pensam, a EJA é apenas fator de desenvolvimento e distribuição de renda.

Nos princípios dos anos 60, o país prepara-se para enfrentar novas eleições. O problema do voto do analfabeto e da representatividade do sistema “democrático” é levantado, visto que o país tinha elevado índice de analfabetismo. É também neste período que o movimento voltado para a cultura popular, expressões artísticas do povo e o sistema Paulo Freire são evidenciados.

De acordo com Paiva, o ano de 1963 e os primeiros de 1964 marcaram no país constantes ameaças de golpes e contra golpes. A multiplicação dos programas de alfabetização de adultos aparecia como algo ameaçador aos grupos direitistas. Não parecia mais haver esperança de conquistar o novo eleitorado, fosse ele criado pela concessão do voto ao analfabeto ou pela alfabetização em massa.

No Brasil, dá-se início à época em que o Estado será comandado pela tecnoburocracia militar e civil, aliada ao capital internacional. Assistiremos aos anos do Regime Militar. Regime esse que proporcionará ao EJA, no ano de 1967 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Em 1985, o regime autoritário dá sinais de declínio. Ganha força a idéia e a prática de uma educação popular. Presenciaremos a substituição do Mobral pela Fundação EDUCAR.

Ao longo da década de 90, a educação brasileira como um todo viverá um clima de intensa efervescência, o mundo foi tomado por mudanças profundas; a revolução científica e tecnológica, enquanto fato global, mudou os paradigmas de produção e transformou, radicalmente, o cotidiano das pessoas; a Globalização, com sua política Neoliberal, foi forte concorrente para diferentes posturas desencadeadas pelo Estado.

Neste período, encontraremos fatos que serão essenciais para entendermos os desafios das Políticas do EJA. Dentre eles destacamos a Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia no ano de 1990, dando novo desdobramento à educação. Para Pinto(2002) essa conferência: vai inaugurar a política, padronizada pelo banco[Mundial]de priorização do ensino fundamental, em detrimento dos demais níveis de ensino, e de defesa da relativização do dever do Estado com a Educação, Ou seja, o Estado colocará que é dever de todos os setores assegurar a educação, minimizando, conseqüentemente, suas ações no sentido de viabilizar uma política concreta, no que diz respeito ao financiamento dos níveis e modalidades de ensino.

No que tange à Educação de Jovens e às políticas públicas ligadas a este setor, nesse período pouca coisa mudou. Continuamos a observar ações isoladas, emergenciais, recursos insuficientes e salas compostas pelos “famosos professores voluntários”, muitas vezes mal preparados para lidar com esta peculiar forma de ensino.

Embora as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos e a Lei de Diretrizes e Bases(LDB),9.394/96, respectivamente, preconizem que a União sempre atuou de alguma maneira no âmbito da educação de jovens e adultos sob forma de assistência

financeira ou articuladora. O novo texto legal insere o EJA numa modalidade do ensino fundamental, garantindo-o como direito público e subjetivo.

Entretanto, vemos alguns desafios na implementação de uma política séria, pois o Estado focalizar suas ações, especialmente, no ensino Médio, reduzindo, conseqüentemente sua presença nessa área. Já os municípios, a própria LDB, no Art.11 inciso V, diz: os municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil[...] e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as suas necessidades[...].

Fora o artigo do Fundef(Lei nº9.424/96), que impede a contabilização de alunos matriculados em programas presenciais do EJA para o efeito de recebimento dos recursos deste fundo. Fato este que desestimula a implementação de programas de qualidade, além de distorções graves no sistema escolar.

Nessa perspectiva, podemos nos perguntar com quem fica a responsabilidade de manter e oferecer a Educação de Jovens e Adultos, já que a União presta somente assistência técnica e financeira as diferentes instâncias do Poder Público, completando suas ações em parcerias com outras instâncias sociais e o Estado restringe basicamente suas ações no Ensino Médio e os municípios priorizam o ensino fundamental. As Diretrizes Curriculares do EJA(2000) comentam a questão: [...]ao lado da presença intermitente do Estado estão presentes as parcerias de associações civis com os poderes públicos, iniciativas próprias que, voluntariamente, preencham lacunas naquilo que é dever do Estado.

O último dado do IBGE reforça a dimensão da pergunta. Dentre 5.507 municípios brasileiros, apenas 19 (0,3%do total) asseguravam a população, em 2000, uma escolaridade equivalente ao ensino fundamental completo, escolaridade esta, garantida pela LDB como o mínimo que todos os brasileiros devem possuir.

Por fim, fazendo um paralelo com a realidade atual, vemos que a maioria dos programas do EJA atua em parceria com governos estaduais, municipais, empresas privadas e sociedade civil. Não há uma política efetiva de financiamento do Estado direcionada a esta modalidade de ensino. Nas redes públicas de educação básica atua o programa Brasil Alfabetizado (recém implementado pelo MEC), os Programas MOVA(financiados por governos estaduais, municipais em parceria com órgãos da sociedade civil) e o Programa Alfabetização Solidária(dirigido a município e regiões com índice elevados de analfabetismo).

## Conclusão

Um país sem analfabetos, conseqüentemente, é um país melhor. Não estamos dizendo que o EJA seja um obstáculo no nosso sistema educacional, mas afirmando que se tivéssemos um sistema educacional mais incluyente, não teríamos em plena “sociedade do conhecimento,” cerca 14,6 milhões de analfabetos.

Considerando estes dados é que visualizamos a marginalização da Educação de Jovens e Adultos no que se refere as políticas públicas, necessitando estas de propostas intensificadoras e de inovações metodológicas para melhores ações. Pois, sabemos que uma ação séria do Estado propiciaria amplos impactos que vão além da aquisição da leitura e da escrita.

Por tudo isto, consideramos de extrema relevância investigar a luz da história, os desafios e perspectivas do EJA, visto que, é necessário conhecermos as políticas direcionada a esta modalidade de ensino, para que possamos lutar a favor de nossos direitos enquanto cidadãos que deseja um país mais justo.

## Referências

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2000.
- CARNEIRO, Moacir. **A LDB fácil: leitura crítica-compreensiva artigo**. 9ª edição. Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, Campinas, vol.23,n.80,setembro/2002,p.109-136.
- HADDAD, Sérgio. **Tendências Atuais da Educação de Jovens e Adultos**. In: Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos. INEP. Brasília. 1994
- HADDAD, Sérgio. **Gestão de Políticas de Educação de Jovens e Adultos**. In: Seminário Internacional de Educação de Jovens e Adultos. São Paulo. 1996.
- PAIVA,Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5ªedição.São Paulo.1987.